

# Natureza e cultura nos domínios de clio: as secas e outras representações das paisagens semi-áridas na historiografia ambiental

Catarina de Oliveira Buriti\*  
José Otávio Aguiar\*

## Resumo

Este ensaio aborda alguns lugares epistemológicos inscritos no âmbito da história ambiental, apontando novos horizontes de possibilidades que surgem diante dos olhares de historiadores para realizar estudos que tematizam as interfaces entre história, literatura e natureza. Ao mesmo tempo, delineiam-se algumas luzes teóricas que permitem refletir sobre as secas e as representações das paisagens semi-áridas do ponto de vista da História Ambiental.

**Palavras-Chave:** Historiografia; História Ambiental; Semiárido.

## Lugares epistemológicos de uma História Ambiental

Múltiplos fantasmas atormentam os historiadores nos albores do século XXI. Homens do tempo presente interrogam-se sobre o passado na tentativa de evocar, por meio de uma construção de efeitos de real, o que dele permanece vivo entre nós. A História, como disciplina que serve aos homens vivos, procura debruçar-se sobre as relações entre os problemas humanos e a natureza, na tentativa de constituir fragmentos de vivências sociais e históricas entrecruzadas na urdidura que marca a interseção entre os domínios da natureza e as construções da cultura.

Fragmento importante, e, simultaneamente, modesto, de todo um esforço revisionista empreendido nos domínios de Clio, desde a revolução historiográfica empreendida sob a influência fundadora de Marc Bloch e Lucien Febvre. Os estudos que entrelaçam as necessárias relações entre sociedade humana e meio ambiente vêm ocupando a atenção de um grupo de historiadores que se autodenominam ambientais.

---

\* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFCG. Contato: [catburiti@hotmail.com](mailto:catburiti@hotmail.com).

\* Doutor em História e Culturas Políticas pela UFMG; Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Contato: [j.otavio.a@hotmail.com](mailto:j.otavio.a@hotmail.com).

Tal escola de influência, surgida nos EUA na década dos anos de 1970, vem atraindo milhares de admiradores e leitores em todo o mundo, bem como motivando a fundação de uma série de centros acadêmicos que procuram entrelaçar duas categorias tradicionais no campo dos estudos que envolvem as ciências do homem: natureza e cultura. Neste texto, visamos reconstituir, embora precariamente, os fragmentos de construção desse campo de interesse ao longo da história da chamada historiografia ambiental.

Para tanto, recorreremos, inicialmente, a uma arqueologia aproximada de suas raízes intelectuais. Mais adiante, procuraremos estabelecer por assim dizer, o “estado da arte”, ilustrando com um exemplo contemporâneo, algo da interessante bibliografia que traz à baila temas criativos e atuais no campo de análise da chamada *environmental history*. A despeito da origem etimológica do termo *environemant* ser francesa, os ingleses e norte americanos, ao insistirem em sua pronúncia, acabaram por transformá-lo em *environment*. Em ambos os casos, busca-se um único sentido: designar a camada de biosfera que envolve a terra. Um grupo de historiadores dos EUA, entretanto, faria história ao criar um novo domínio no campo dos estudos historiográficos designado pela expressão composta *environmental history*.

A história dos historiadores ambientais é, contudo, bem mais recente do que o interesse da disciplina pelas questões que envolvem natureza e cultura, embora a antigüidade do tema não seja, freqüentemente, reconhecida pelos norte-americanos que cunharam o termo. A recente história ambiental deriva de uma crítica à geografia tradicional, que marcou em seu sistema interpretativo uma clivagem estática entre os domínios do homem e aqueles do chamado mundo físico: o dos eventos geológicos, fitogeográficos e climáticos.

Para a maioria dos leitores dos livros acadêmicos de história, sejam eles provenientes ou não dos ambientes intelectuais, a natureza, no que concerne ao mundo social e histórico dos homens não passa de um cenário como aqueles de cinema, imóvel, estático ou, alimentado por uma vida virtual e meramente coadjuvante. Isso, porque a história da humanidade costuma ser escrita sem levar em conta o mundo natural, exceção feita a alguns meritórios exemplos de destacados historiadores do século XIX. Para boa parte dos historiadores que iniciaram, na década de 1970, um movimento em favor da escrita de uma história ambiental, esses exemplos podem ser relevados frente à sua nova e surpreendente proposta. Marc Bloch, Fernand Braudel, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, e, atualmente, Keith Thomas e Raymond Willians – que,

inclusive, não se definem como historiadores ambientais – trabalharam, cada um a seu turno, a influência das mudanças do clima, do regime de chuvas, dos solos, das marés e das paisagens sobre os deslocamentos, respostas e construções culturais humanas.

Há, ainda, a vasta obra dos brasileiros Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior que não devem ser encarados como precursores de uma história ambiental no Brasil, mas, simplesmente, como historiadores atentos à vida e ao cotidiano dos homens no tempo. Não obstante o fato de não se auto-intitularem historiadores ambientais, essas análises privilegiaram a construção cultural e histórica do meio natural e contribuem para transformar a nossa perspectiva sobre a história das sociedades humanas (DUARTE, 2005).

O fato é que a maioria dos pensadores sociais dos séculos XVIII, XIX e da primeira metade do século XX corroborou em seus estudos uma tendência para a compartimentação entre os saberes que envolvem o homem – as chamadas ciências humanas – e os que concernem ao mundo biológico e geológico – as ciências naturais. Nos termos de Durkheim, fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais. Sociólogos norte-americanos como W. Catton e R. Dunlap, como nos lembra José Augusto Drummond, adotaram um paradigma caracterizado pela idéia da imunidade humana (*human exceptionalism paradigm*) aos diversos fatores do mundo natural. Sociedade e Cultura humanas só poderiam ser decodificadas com base em seus próprios dados, em sua própria clausura (DRUMMOND, 1991, p. 180).

Um historiador ambiental deve analisar a inter-relação de fatores vários como a paisagem, a tecnologia, a economia, a organização social e política, as representações simbólicas, entre outros. As paisagens, por exemplo, podem ser estudadas e comparadas em diferentes momentos para a avaliação de suas modificações pela ação humana ou por elementos naturais independentes dela. Elementos da paisagem como relevo, solo, hidrologia, clima e fauna permitem trabalhá-la como um documento a ser lido com o auxílio das ciências naturais.

Enfatizemos o valor da erudição arquivística, observando, porém, que, se as oposições entre sincronia e diacronia já têm sido, em grande medida, relativizadas por antropólogos e historiadores contemporâneos, cumpre afirmar a possibilidade de uma associação entre os instrumentos de compreensão etnográfica e a consideração das singularidades empíricas características das diversas historicidades. Desafiados pelas questões que a leitura documental nos apresenta, subdividimos os conceitos – para que

com eles possamos manter um diálogo, que, não raro, pode nos conduzir inclusive a subvertê-los – sem, entretanto, abandoná-los.

Nesse ponto, dialogamos com os escritos de Marshal Sahlins (1999), para quem as ações simbólicas humanas são informadas tanto pelos conceitos por meio dos quais as experiências são organizadas e comunicadas – procedentes de um esquema cultural preexistente – quanto pela singularidade proporcionada por cada nova experiência do mundo social e histórico dos homens, a se revelar profícua.

Os atores históricos, as situações vivenciadas no tempo e no espaço e também os seus conceitos não são redutíveis a outros atores e outras situações. Suas existências, inéditas, não são e não serão iguais a quaisquer outras. Como na analogia da diferença heraclitiana, não se entra num mesmo rio duas vezes, embora o nome pelo qual o conhecemos não mude. Os sistemas conceituais tradicionais de interpretação, como observou Sahlins, são culturalmente recriados quando realizados como projetos pessoais: “as pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus próprios conceitos; isto é, tomam a responsabilidade pelo que suas próprias culturas possam ter feito com elas”. (SAHLINS, 1999, p. 189).

Assim, nos diversos ambientes humanos e naturais, a natureza oferece aos homens um conjunto flexível, mas, limitado, de possibilidades de sobrevivência, sem reduzir, deterministicamente, essas possibilidades a opções certas ou unitárias. (WOSTER, 1991, p. 206). Duas comunidades estabelecidas em um habitat com características de um bioma bastante homogêneo desenvolverão, quase sempre, perfis de adaptação diferentes no tempo e no espaço. O cumprimento de certas regras de apropriação da natureza nos remete a uma organização social, política e cultural peculiar a cada comunidade humana. Seu espaço de criação inédita e indeterminada foge aos esquemas probabilísticos de classificação da antropologia estrutural Levi-Straussiana, afirmando, para além da classificação conjuntista e identitária do mundo ocidental, a capacidade de colocar o que não estava previsto no devir social e histórico dos homens.

### **Por uma História Ambiental das secas: revisitando a bibliografia**

A região da Caatinga estende-se por todo o interior do Nordeste oriental, chegando ao sul do Piauí e ao norte de Minas Gerais. É marcada pelo clima semi-árido, com chuvas irregulares, entrecortadas por estações do ano não muito bem definidas:

uma quente e seca, e outra quente e úmida. A paisagem seca figura comumente em nossa descrição da Caatinga, termo que, na língua indígena, quer dizer Mata Branca. Para começar nossa reflexão, vale lembrar uma interessante fonte para a percepção da forma pela qual o povo do sertão representava o meio ambiente e suas formas particulares e peculiares de apropriação.

Inspirados pelas paisagens típicas das zonas semi-áridas, pelo clima seco com influências marcantes na vida e cultura dos personagens que habitaram esses cenários e espaços em diferentes regimes de historicidade, os escritores regionalistas de 1930, tornaram o tema das secas uma constante em sua literatura. Inventando estilos e modos de percepção peculiares, esses literatos ressignificaram memórias, retrataram paisagens, culturas, modos de vida e de busca de sobrevivência. Sua escrita constrói compreensões que vão muito além da idéia de vitimização dos nordestinos “sofridos”, “flagelados”, muito comum no discurso veiculado por uma elite política que se apropriava das condições naturais/climáticas da região para se manter no poder. Esses escritores inovaram, atentando para as peculiaridades sócio-históricas e para as práticas cotidianas e engenhosidades dessas populações a fim de garantirem sua sobrevivência em meio a esta natureza “adversa”.

Vale lembrar que, além da literatura, o tema das secas também é comum na produção cinematográfica brasileira. Como um desses exemplos, no filme *Vidas Secas* (1963), Nelson Pereira dos Santos se apropria da obra de Graciliano Ramos para narrar o drama de uma família de retirantes composta por Fabiano, Sinhá Vitória, o menino mais velho, o menino mais novo e a cachorra Baleia, que, pressionados pela seca, atravessam o sertão em busca de meios para sobreviver. Essa produção marcou profundamente a década dos anos de 1960, sendo uma das precursoras do movimento do Cinema Novo no Brasil.



Cenas do Filme *Vidas Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, que retrata uma família de retirantes que fogem das conseqüências das secas na Caatinga, humanizando novas geografias em busca de maiores possibilidades de sobrevivência

A análise da história das secas no Nordeste brasileiro nos séculos XIX e XX, mais do que evidenciar a inclemência do clima, revela o descaso a que foi submetida a população da região nos momentos de enfrentar o flagelo, marcados pelo desespero, incúria governamental, corrupção, luta, mas também pela solidariedade. Autoridades e governos de todos os níveis, que tinham o dever de amenizar a situação dos flagelados que sofriam sob os efeitos da seca, pareciam mais preocupados em tirar dela o melhor proveito, o que reflete a hipocrisia em face da gravidade do problema por parte de setores importantes da sociedade brasileira. (VILLA, 2000).

Até o presente, ainda não foi produzido nenhum trabalho de natureza historiográfica dedicado às questões ambientais, mais especificamente, com o tema das secas na literatura regional do Semiárido e com a forma como esses escritores (re) significaram artisticamente os problemas do contexto social no qual estavam imersos. Estudar as secas como um fenômeno natural/climático na literatura regionalista de 1930 constitui-se, portanto, como um tema ainda exíguo e pouco trabalhado pela historiografia, sobretudo no que se refere a uma perspectiva de abordagem sócio-ambiental.

Antes de nos prestarmos a tal empreitada, devemos considerar a valiosa contribuição para o estudo histórico das características socioambientais do Nordeste, dada pelo geógrafo e historiador Manoel Correia de Andrade, particularmente no que se refere à sua obra *A Terra e Homem do Nordeste* (1973). Nessa abordagem, o autor apresenta o Nordeste do Brasil caracterizando-se, como toda região geográfica, pela influência de uma série de fatores, entre os quais se sobressaem os domínios físicos – estrutura

geológica, relevo, clima e hidrografia –, o meio biológico – vegetação e fauna – e a organização dada ao espaço pelo homem. Não obstante as paisagens naturais e culturais resultarem do entrelaçamento e da influência mútua entre esses fatores e, em virtude disso, não ousamos admitir a exclusividade da ação de um desses elementos na configuração das paisagens geográficas, é imperativo reconhecer que em cada região uma dessas características ambientais se destaca no mosaico paisagístico regional. No caso do Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural (ANDRADE, 1973).

Observa-se que Manoel Correia de Andrade realizou uma sólida e sistematizada análise das características biogeofísicas do Semiárido, na qual se desenvolveu a sociedade nordestina. Trata-se de uma importante argumentação pautada, antes de mais, em uma ampla varredura documental, incluindo-se aí a própria observação das paisagens naturais e culturais enquanto marcas deixadas pelos homens de outras temporalidades: a vegetação, o clima, as características geomorfológicas, a hidrografia, por exemplo.

Uma vez que temos na literatura uma importante fonte documental para a pesquisa histórica, consideramos oportuno revisitar essas obras com novos olhares, olhares esses que valorizam as interações entre sociedade e natureza, levando em consideração que o espaço e os aspectos ambientais são fatores importantes para a formação de identidades e memórias coletivas. E, ainda, que os fenômenos naturais, em especial as especificidades climáticas, influenciam e têm conseqüências na vida e no cotidiano dos diversos segmentos da sociedade, marcadamente, entre os grupos sociais que estão às margens da distribuição das riquezas e das decisões políticas de determinado contexto social.

Oligarquias e secas configuram a imagem de um Nordeste bastante recorrente no imaginário brasileiro, constituindo tema clássico na historiografia regional.<sup>1</sup> No ensaio

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar que o esforço de se compreender o fenômeno das secas na Paraíba se inicia no final do século XIX, com o historiador Irineu Joffily em *Notas sobre a Parahyba* (1892), em que dedica dois capítulos de sua obra a esse “magnó assunto”, levando em consideração o quanto as secas prejudicam a economia e aponta que a base de desenvolvimento agropecuário no sertão está unicamente na multiplicação dos açudes; José Américo de Almeida, em 1923, lança a obra *A Paraíba e seus problemas* em que também aborda como as secas têm sido responsáveis pelo retardamento da organização social e econômica do Estado. Outra corrente historiográfica se fundamenta a partir dos estudos sobre a região nordestina na década de 1950. Os trabalhos de Celso Furtado, Rômulo Almeida e, mais recentemente, o de Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião*, editado em 1975. Nesse trabalho, a questão das secas é vista sob uma perspectiva sócio-econômica da região, ou seja, das

*Raízes da indústria das secas: o caso da Paraíba*, Lúcia Ferreira (1993) busca compreender a relação existente entre a estrutura de poder e o problema das secas no Nordeste, objetivando caracterizar como foi engendrada a “indústria da seca” na Paraíba, do início da intervenção do Estado (imperial) à institucionalização da política de combate às secas. A autora problematiza como, apesar do enorme acúmulo de estudos e propostas de solução em termos técnico-científicos, a “permanência dos efeitos das secas”<sup>2</sup> revela as tentativas de manutenção da estrutura coronelística e a preservação dos grupos oligárquicos do Estado paraibano. O assistencialismo filantrópico constitui-se como a primeira marca da atuação do Estado frente às estiagens, “solução” emergente para fazer face à crise da própria elite, já fragilizada pela decadência das economias agro-exportadoras tradicionais (algodão e açúcar) e atemorizada com as multidões de famintos e retirantes a ameaçarem as suas propriedades.

Gervácio Aranha (2001) estudou as tramas político-econômicas e práticas culturais relacionadas à chegada de alguns signos do moderno na Paraíba e região, entre 1880 e 1925. Na sua tese, busca demonstrar como a elite local do Nordeste, e/ou seus representantes no parlamento e na imprensa, utilizam-se da idéia de uma natureza “adversa” e das secas “pavorosas”, como simples meios estratégicos para causar impacto e para sensibilizar, quando o que realmente se pretende é que os recursos cheguem, reforçando assim o poder econômico e político daqueles que se dizem preocupados com a “miséria” da região. Nesse contexto, é possível analisar o tema sob novos enfoques e abordagens, do ponto de vista sócio-ambiental ou da interação entre sociedade, política e natureza, levando em consideração a utilização, pela elite local, de estratégias enunciativas associadas ao discurso das secas para explorar politicamente a imagem de uma região marcada pela “miséria” e pelo “sofrimento”.<sup>3</sup>

Há exemplos na historiografia que apontam para possibilidades de análise que entrecruzem história, literatura e natureza. No que se refere aos trabalhos realizados que

---

condições e relações entre os grandes fazendeiros de algodão/pecuária e camponeses, sitiante e meeiro; da atuação do órgão federal para o combate às secas e a que interesses atende.

<sup>2</sup> Fazendo uso deste termo, a autora pretende ressaltar que permanece a utilização das secas como fonte de benefícios para uns em detrimento de muitos, embora a roupagem e as formas tenham mudado.

<sup>3</sup> Para compreender as discussões sobre o Direito Ambiental, a Política Nacional para o Meio-Ambiente e outros conhecimentos sobre recursos hídricos, tais como: legislação das águas, conceito do direito de águas e distinção entre água e recursos hídricos, ciclo hidrológico, gestão sustentável dos recursos hídricos, Códigos das águas, Lei de recursos hídricos, entre outros, ver Erivaldo Moreira Barbosa, *Direito ambiental: em busca da sustentabilidade*. São Paulo: Ecorcecci, 2005.

abordam questões ambientais – que não necessariamente reivindicam a bandeira de uma história ambiental –, destaca-se o livro de Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1986), preocupado em pensar as transformações provocadas pela modernidade em conexão com os projetos urbanísticos, a filosofia e a literatura sobre o cotidiano das ruas e na cidade. Também vale citar Alain Corbin com seu estudo *O território do vazio* (1989) em que aborda a postura do homem ocidental frente à praia, esta paisagem “vazia”, que hoje é o grande motor dos lucros da indústria do turismo. Finalmente, *O Campo e a cidade na história e na literatura* (1990), do crítico literário e de cultura inglês Raymond Williams, em que o autor analisa as transformações ocorridas no campo e na cidade na Inglaterra do período da Revolução Industrial e por todo o século XIX, utilizando como fonte documental a literatura inglesa produzida naquele período.

Ainda poderiam ser elencados historiadores de outras gerações e de outros países em cujas obras a natureza aparece como um tema privilegiado. É o caso de Fernand Braudel que, na primeira parte da obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II* (1984), discute, no terreno da longa duração, o clima mediterrâneo e sua relação com a história, demonstrando as influências dos fatores climáticos sobre a estabilidade dos governos. Estudando especialmente a chamada "Pequena Idade do Gelo", um período de invernos atroz que fustigou a Europa entre 1500 e 1850, destruindo colheitas, espalhando fome e miséria, afirma que o reinado de Luís XVI teria chance de não ter sucumbido à Revolução de 1789 caso a França vivesse uma época de bonança climática.

Emmanuel Le Roy Ladurie, historiador francês representante da Escola dos *Annales*,<sup>4</sup> é considerado um dos pioneiros da climatologia histórica, pela sua obra sobre as modificações do clima da Europa no último milênio,<sup>5</sup> e abre a possibilidade de escrever uma história geográfica dedicada às condições naturais. Em *Montaillou*:

---

<sup>4</sup> Para maiores considerações a respeito da Geo-História nas obras de historiadores ligados ao movimento dos *Annales* ver François Dosse, *O recurso geográfico dos historiadores*. In: *História e ciências sociais*. São Paulo: EDUSC, 2004. p. 115-148. Na França, essa perspectiva de abordagem historiográfica que se preocupa com as inter-relações entre sociedade e natureza é denominada de “geo-história”, que não se deixa cercar apenas pela análise de um estrato da vida humana, mas engloba tanto os fenômenos de ordem natural e climática quanto os fatos de cultura.

<sup>5</sup> Essa obra só foi encontrada em francês, sob o título de *Histoire du climat depuis l'an mil* (1997).

*povoado occitânico* (1294-1324),<sup>6</sup> trata de uma aldeia herética do Sudoeste da França medieval. Antes de realizar o estudo social e sociopolítico da aldeia, descreve, de uma maneira minuciosa e detalhada, aspectos das condições ecológicas da comunidade. O autor analisa o clima e suas relações com a sociedade, destacando a forma como as agressões meteorológicas contra as colheitas e a concentração demográfica na Occitânia do início do século XIV assinalaram crises de subsistência e tensões recorrentes nas cercanias de Montailou.

Podemos destacar ainda as análises das práticas agrárias do feudalismo por Marc Bloch (1982), ou mesmo a história dos camponeses medievais realizada por Georges Duby (1980). Podemos também mencionar Jacques Le Goff (1985) com seus estudos do imaginário medieval sobre a natureza maravilhosa dos lugares distantes da Europa.

O historiador norte-americano Simon Schama em sua obra *Paisagem e Memória*, embora reconheça que a história do ambiente seja uma das mais originais e instigantes que estão sendo escritas hoje, critica os historiadores ligados a esse novo campo de abordagem pela descrição do mesmo quadro desanimador, que lamenta a anexação da natureza pela cultura, apontada como uma calamidade irremediável e predeterminada. Schama (1996) concebe as paisagens como textos em que as diversas gerações escrevem suas obsessões recorrentes, demonstrando que, ao longo dos séculos, formaram-se hábitos culturais que nos levaram a estabelecer com a natureza uma relação outra que não a de simplesmente explorá-la até a morte, que o remédio para nossos males pode vir de dentro de nosso universo mental comum.

Na obra *Florestas anãs do sertão: O cerrado na história de Minas Gerais* (2005), o sociólogo Ricardo Ferreira Ribeiro, sob a perspectiva da história ambiental e da etnoecologia, enfoca o processo e as inter-relações entre a sociedade do Sertão mineiro e o seu ambiente natural, o Cerrado. Investigando as continuidades e discontinuidades das influências mútuas entre os vários grupos sociais e aquele bioma, o autor revela como a ocupação antiga do Cerrado se traduziu em um processo de adaptação ao meio cujas possibilidades de sobrevivência oferecidas se alteraram com as transformações experimentadas tanto no espaço, com as mudanças nas áreas por ele ocupadas, como no tempo, com as modificações climáticas e ambientais ocorridas no transcurso de milhares de anos.

---

<sup>6</sup> Essa obra se constitui como a pioneira do que, mais tarde, ficaria conhecido como micro-história. A originalidade de sua abordagem reside na tentativa de escrever um estudo histórico de comunidade no sentido antropológico.

No que se refere à história das secas no Nordeste brasileiro, destacamos a obra *Vida e morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*, em que o historiador e sociólogo Marco Antônio Villa reconstrói a saga dos retirantes, milhões de flagelados fugindo da destruição trazida pelas grandes secas. E analisa os principais momentos de devastação econômica e miséria dos sertanejos provocados pelas contínuas estiagens na região Nordeste ao longo desse período, chegando até o governo Figueiredo. O autor também menciona a questão de os escritores ligados à literatura regionalista que trata do tema das secas nas zonas semi-áridas do Nordeste brasileiro, apresentar a migração<sup>7</sup> para o Sul como uma tática utilizada para solucionar o problema, e isto pode ser observado na leitura do romance de Raquel de Queiroz, como no diálogo seguinte:

Subitamente, Conceição teve uma idéia:

— Por que vocês não vão para São Paulo? Diz que lá é muito bom... Trabalho por toda parte, clima sadio... Podem até enriquecer... [...]

Chico Bento ajuntou:

— Eu já tenho ouvido contar muita coisa boa do S. Paulo, terra de dinheiro, de café, cheia de marinheiro... (QUEIROZ, 1984, p. 79-80)

Villa (2002) demonstra a forma como o flagelo das secas no Nordeste formou um grande êxodo em direção às terras do Sul, que se transformou no “Eldorado mítico” dos nordestinos expulsos do semi-árido, que também está evidenciado no romance citado:

Iam para o destino, que os chamara de tão longe, das terras secas e fulvas de Quixadá, e os trouxera entre a fome e mortes, e angústias infinitas, para conduzi-los agora, por cima do mar, às terras longínquas onde sempre há farinha e sempre há inverno... (*Ibidem*, p. 84)

Mas as prolongadas secas na região da Caatinga não provocaram migração apenas em direção ao Sul. Isabel Guillen (2006) demonstra como, na década de 1940, as autoridades do Estado Novo passaram a incentivar a migração de trabalhadores nordestinos rumo aos seringais da Amazônia. Elaborou-se uma forte propaganda política centrando foco na desconstrução da imagem de Inferno Verde, presente na

---

<sup>7</sup> Para problematizarmos o processo migratório de trabalhadores nordestinos, em consequência das secas prolongadas, apropriamo-nos das noções de “estratégias e táticas” apresentadas por Michel de Certeau (1994). A idéia de estratégia é pensada como manipulação das relações de forças que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é passível de ser isolado, enquanto a noção de tática corresponde a uma ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha.

literatura sobre o seringal, afirmando que a Amazônia, com o concurso de trabalhadores nordestinos, tornar-se-ia o Vale da Promissão através da intervenção estatal que promovia a colonização da região, bem como seu saneamento. Logo os migrantes sentiram os descompassos entre a propaganda política e a vida cotidiana nas hospedarias e trataram de reivindicar os direitos apregoados.

Para problematizarmos as representações das secas e das paisagens semiáridas na literatura regional, consideramos fundamental a utilização de alguns textos que tratam do regionalismo nordestino. Um deles é a obra “A invenção do Nordeste e outras artes”, do historiador Albuquerque Jr. (1999), e outro, com base no qual propomos estabelecer um diálogo crítico com o anterior, é o da crítica literária Lígia Chiappini (2002), que rebate de forma contundente a tese defendida por Albuquerque Jr. em relação à idéia de invenção do Nordeste.

Ao trabalhar os discursos que deram visibilidade e que tornaram dizível o Nordeste brasileiro, nos marcos da modernidade, no sentido de desconstrução foucaultiana, Durval Albuquerque Jr. (1999), longe de considerar a região como inscrita na natureza, definida geograficamente ou regionalizada pelo desenvolvimento do capitalismo, busca caracterizá-la como uma identidade espacial, construída em um momento histórico preciso, como produto do entrecruzamento de práticas e discursos “regionalistas”. Com a desterritorialização das forças sociais do Norte do país – processo que se arrasta, pelo menos, desde a metade do século XIX e atinge, no começo do século, o seu cume com as alterações trazidas pelo fim da escravidão, pela crise da produção açucareira, e pelo surgimento das usinas –, os discursos políticos dos representantes dos Estados do Norte, antes dispersos, começam a se agrupar em torno de temas que sensibilizam a opinião pública nacional.

Nesse contexto, escritores como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Raquel de Queiroz, entre outros, estão situados como representantes dessa “elite regional” desterritorializada, que, através da problemática das secas, elabora e funda, no plano cultural, a própria idéia de Nordeste, no esforço de criar novos territórios existenciais e sociais, capazes de resgatar o passado de glória do sertão e do sertanejo puro e natural. O sertão aparece como o repositório do verdadeiro caráter nacional, reduto de uma sociabilidade comunitária, familiar e orgânica. A “idealização da sociedade sertaneja” encontraria somente na seca o grande obstáculo para não ser perfeita. Graciliano Ramos, Jorge Amado e João Cabral de Melo Neto são identificados

como escritores que, a partir dos anos 30, reelaboram a idéia de Nordeste por meio de uma inversão das imagens e enunciados consagrados pela leitura conservadora e tradicionalista que dera origem à região. Para Albuquerque Jr. (1999), esses Nordestes, construídos pelo avesso, ficam presos, no entanto, às mesmas imagens, aos mesmos temas e enunciados consagrados e cristalizados pelos discursos tradicionalistas. Assim, sob a ótica do autor, essa literatura constitui-se em uma das muitas manifestações discursivas que teriam reforçado uma identidade para a região como lugar de atraso. Diante disso, a nossa posição crítica a essa tese se faz no rastro das considerações estabelecidas pela crítica literária Lígia Chiappini, e por outros estudiosos dessas obras, apresentada nos parágrafos seguintes.

Contrapondo-se a esta postura, Chiappini (2002) argumenta que Albuquerque Jr. utilizou algumas obras literárias como pretexto para a demonstração de uma tese, montada a partir das teorias pós-modernas e pós-coloniais. Tais teorias já teriam concebido respostas de antemão, produzindo uma obra que generaliza as particularidades dos escritores regionalistas, sem contar com uma análise atenta e minuciosa em torno das especificidades de cada escritor e, mais ainda, da obra de cada um deles. Assim, o autor dessas teses constrói características gerais relativas ao romance de 1930 para, em seguida, demonstrar essas generalizações por meio de casos particulares.

A análise que Chiappini (2002) faz de *A invenção do Nordeste e outras artes* demonstra que o historiador, não obstante reconheça as diferenças entre as obras literárias tomadas como objeto de estudo, com o intuito de afirmar sua tese construída com base em teorias pós-modernas, apresenta os escritores regionalistas em bloco para se impor no cenário nacional, generalizando a criação artística desses literatos. Destaca ainda que o autor trata em separado de alguns desses escritores, entre eles Raquel de Queiroz, para ilustrar e comprovar suas afirmações mais gerais, deixando de lado, porém, obras da autora que apresentam especificidades próprias que fogem a estas generalizações. Chiappini enuncia em sua crítica a especificidade de Raquel de Queiroz e de sua brasilidade aberta para o mundo, contraditória e problemática, mas muito mais rica do que análises desatentas sobre os meandros de seus romances e a caracterização de suas personagens, o que possibilita situar Raquel como uma redescobridora de certo Brasil a partir do Nordeste e vice-versa.

Com base nessas discussões, observamos que novos horizontes de possibilidades para estudos históricos que tematizam as interfaces entre história, literatura e natureza

surtem diante de nossos olhares de historiadores, ao mesmo tempo em que são lançadas algumas luzes teóricas que nos permitirão refletir sobre as secas e as representações das paisagens semi-áridas do ponto de vista da história ambiental.

Partindo da análise das obras dos escritores regionalistas, percebemos em sua literatura a inscrição de estratégias através das quais os povos que habitaram a região da Caatinga, em regimes de historicidades específicos, perceberam e alteraram, de formas particulares, os ambientes naturais da região para garantir a sua sobrevivência. Através da leitura desses textos, torna-se possível a apreensão de alguns dos sentidos que parte da população das zonas semi-áridas do Nordeste brasileiro atribuiu ao ambiente humanizado. Apropriaram-se, por conseguinte, desses espaços, concebendo, em sua cultura, paisagens e traços de uma vida cotidiana de lutas e contradições a fim de garantirem sua sobrevivência em meio a uma natureza com características bastante peculiares. Essa população criou novos sentidos e se auto-instituiu enquanto *socius* e é isso que pode ser percebido como sintomático, em se considerando, naturalmente, os *lugares* socioeconômicos e culturais variados de onde parte cada obra, ao se tomar a literatura como documento para os historiadores ambientais.

### Abstract

This essay approaches some enrolled knowledge places in the scope of environmental history, pointing new horizon of possibilities that appear ahead of the look of historians to carry through studies that board a ship the interfaces between history, literature and nature. At the same time, some theoretical lights are delineated that allow to reflect on the droughts and the representations of the half-barren landscapes of the point of view of environmental history.

**Key words:** Historical Studies; Environmental History; Half-barren.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste*. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Tese de doutorado.

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2001.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: As artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHIAPPINI, Lígia. Raquel de Queiroz: invenção do Nordeste e muito mais. In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella. (Org.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 159-176.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197.

DUARTE, Regina Horta. *História e natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUBY, George. *Guerreiros e Camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da indústria das secas: o caso da Paraíba*. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva: história da migração nordestina para a Amazônia*. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2006. 304 p.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou: povoado occitânico (1294-1324)*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

MARTINS, Marcos Lobato. *História e meio-ambiente*. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

VILLA, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000. 269 p.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.198-215.